

Mapeamento do Ramo Financeiro



A Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro (Federa-RJ) realizou uma reunião sobre o mapeamento do Ramo Financeiro, na última terça-feira (17), em parceria com o Dieese e a Contraf-CUT, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio.

O evento contou com a presença de dirigentes dos 6 sindicatos filiados à Federa-RJ: Bancários de Campos, Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro, Sul Fluminense e Teresópolis. Representando Petrópolis, participaram os diretores do SindBancários Petrópolis, Aline Rabelo, Iomar Torres e Sávio Barcellos.

Na mesa, estavam presentes a secretária de Organização do Ramo Financeiro e Política Sindical da Contraf-CUT, Magaly Fagundes, e o técnico do DIEESE, Gustavo Carvazan.

O evento traçou um mapa da conjuntura bancária e apontou novos desafios. O Dieese revelou dados que mostraram que as bancárias foram as que mais perderam empregos na categoria. Além disso, foi destacado que houve crescimento do teletrabalho e chegada de novas instituições.

Também foi exposto que a evolução do emprego bancário teve o ápice do crescimento em 2012, mas que o cenário mudou depois da pandemia. Na base da Federa-RJ, houve a maior redução percentual de todas as federações do Brasil.

Mesmo diante deste quadro, a presidenta da Federa-RJ, Adriana Nalesso, se mostra otimista. "Acreditar sempre, desistir jamais. Temos muito trabalho a fazer e uma das nossas prioridades é a regulamentação do ramo financeiro", explicou.

GT de Saúde denuncia práticas abusivas do banco Itaú contra bancários adoecidos

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde se reuniu com o banco Itaú na quarta-feira (18) para denunciar práticas abusivas da empresa em relação aos trabalhadores adoecidos. Desde a compra de estabilidades e atuação da junta médica até as recentes avaliações médicas realizadas pelo banco.

Para Luciana Duarte, coordenadora do GT, a legalidade dos exames do PCMSO, previstos na NR-7, devem abordar os trabalhadores da ativa com foco na prevenção, retorno seguro ao trabalho e no prazo previsto pela legislação. "Questionamos as medidas disciplinares, já que o trabalhador com contrato suspenso não pode ser avaliado pela empresa. O INSS é o órgão competente para determinar a incapacidade laboral, ficando o contrato suspenso", afirmou Luciana.